

**ATA DA 28ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 18/06/2002

Início: 9:45 hs

Término: 18:15 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (demetrios.christofidis@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência justificada)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência justificada)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Fernando Antônio Rodrigues Netto (bpp@daee.sp.gov.br)
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas - SRH/MMA (ana-cristina.mascarenhas@mma.gov.br)
Danielle Mancin - Min. Integração (danielle.mancin@integracao.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis - ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Décio Michellis Jr. - Enerpeixe / Grupo Rede (rela@zaz.com.br)
Ednaldo Mesquita Carvalho - SRH/MMA (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
Fernando José de Almeida - SRH/MMA (fernando-jose.almeida@mma.gov.br)
Gustavo O. Campos (gocampos@zipmail.com.br)
Jorge Thierry Calasans - ANA (thierry@ana.gov.br)
Mônica Tavares Rocha - SRH/MMA (mrocha@snirh.gov.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)
Rebeca B. Magalhães - CNA (rebecabrasil@zipmail.com.br)
Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA (roalmonete@ig.com.br)
Rosa H. de O. Martins - CETESB-SP (rosam@cetesb.sp.gov.br)
Virgínia Olga Koeche Müzell - SEMA/RS (virginiaom@sema.rs.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de junho de 2002, o Dr. Júlio Thadeu, Presidente desta Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou a 28ª Reunião da mesma, em seu primeiro dia de trabalhos. Deu boas vindas a todos e solicitou sugestões à minuta de ata da 27ª Reunião, item 2 de pauta; a mesma foi aprovada sem modificações. Com isso, seguiu para o 3º item de pauta: revisão da Resolução CNRH nº 5. Primeiramente, esclareceu a metodologia adotada para análise da resolução: começar no ponto final das discussões da última reunião e após, início de nova discussão. O Dr. Jair sugeriu iniciar as discussões pelo começo da Resolução. A Dra. Sonáli argumentou que o ponto final das discussões da última reunião, parágrafo único do artigo 9º, está perto do final do documento e com isso, sugeriu a continuidade a partir do mesmo, a fim de se concluir a primeira etapa da revisão; lembrou também, por solicitação dos presentes, os trabalhos agendados na última reunião da Câmara Técnica: sugestão de composição da Diretoria Provisória dos Comitês e definição de conteúdo mínimo para o diagnóstico da bacia hidrográfica, o qual, de acordo com a Resolução em questão, faz parte da documentação de solicitação de criação de comitês. O Dr. Júlio Thadeu solicitou registro que, uma vez criado um Grupo de Trabalho - GT, com atribuições específicas, as mesmas devem ser cumpridas; lembrou também que a Secretaria Executiva tem a função de fomentar a execução dos trabalhos dos GTs. Em seguida, ficou acertado que as discussões partiriam do ponto final da

última reunião. Durante as discussões, o Dr. Fernando solicitou registro em ata que, conforme posição assumida durante o Fórum de Comitês realizado em Camboriú no mês de maio passado, os Comitês de bacias hidrográficas não são órgãos do poder público. A Dra. Patrícia aproveitou a oportunidade e disse que considerou o Fórum acima citado, no qual esteve presente, como um encontro de organizações civis que participam de Comitês; prosseguiu salientando que a reunião não contou com um número significativo de representantes do segmento de usuários e nem tampouco do poder público. O Dr. Júlio Thadeu destacou a importância do alerta colocado pela Dra. Patrícia, no que foi seguido pelo Dr. Jair. A Dra. Rosa ressaltou o lado positivo da forte participação das organizações civis e relatou que, no Canadá, a participação do poder público nos Comitês é variável e, de um modo geral, tende a decrescer com o tempo. O Dr. Jair ressaltou que o modelo brasileiro de gestão dos recursos hídricos se baseia no equilíbrio da participação dos cinco atores envolvidos. O Dr. Júlio Thadeu opinou que, independente da composição dos Comitês, os mesmos são órgãos públicos; propôs a realização de debates com ampla participação dos atores envolvidos e convites aos Presidentes de Comitês, assim como aos órgãos gestores estaduais e federal. Finalizou elogiando o posicionamento do Dr. Fernando, como representante do segmento dos Comitês e consórcios, ao trazer para este fórum de discussão as posições adotadas durante o encontro realizado em Camboriú. Em seguida, prosseguiram os debates específicos sobre a Resolução nº 5. Às 13:05 hs, foi sugerida pausa para almoço; o retorno ocorreu às 15:00 horas e foi dado prosseguimento à revisão da Resolução nº 5. Durante a discussão do art. 12 (na versão 05, § 3º, art. 8º), o Dr. Fernando solicitou registro em ata do seu posicionamento contrário à discriminação dos setores usuários, ocorrida no referido artigo; argumentou ser uma forma de tutela por parte do Estado. O Dr. Júlio Thadeu contrapôs que a preocupação é impedir, em um Comitê, o monopólio de um único setor usuário nas decisões sobre a gestão dos recursos hídricos da bacia. As discussões chegaram ao final da Resolução e foi questionada forma de continuidade dos trabalhos. O Dr. Júlio Thadeu esclareceu que, após esta fase, será procedida mais uma análise completa da Resolução para, em seguida, se efetivar a ampliação dos debates. Dito isto, o Dr. Jair distribuiu uma proposta para condução da discussão ampliada (**Anexo I**), a qual foi aprovada pela CT, com a ressalva de que a elaboração de um cronograma dependerá do término da discussão atual. Ficou acertado o reinício das discussões sobre a Resolução nº 5 para o dia seguinte e o prosseguimento dos trabalhos, neste final do dia 18, com os próximos itens de pauta. Assim sendo, foi colocado em pauta a discussão da Moção nº 001/2002, encaminhada ao CNRH pelo Conselho de Recursos Hídricos do Ceará (**Anexo II**), que solicita a criação de uma Câmara Técnica do Semi-árido junto ao CNRH. Após a leitura da Moção, o Dr. Júlio Thadeu opinou que a questão do semi-árido, enfoque da Moção recebida, poderia ser discutida na CT de Análise de Projetos, que inclusive, já instituiu Grupo de Trabalho para discutir o combate à desertificação. O Dr. Demetrios opinou que Câmaras Técnicas não devem ser criadas para tratar de problemas mas sim, para evitá-los; sugeriu a criação de Câmaras Técnicas específicas para cada bioma do Brasil (cerrado, pantanal, etc.). O Dr. Júlio Thadeu propôs o encaminhamento do assunto para a CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH, uma vez que uma Moção também foi encaminhada à mesma, desta feita sugerindo que, na elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o semi-árido brasileiro seja considerado como área especial de planejamento; ressaltou que, como o assunto se refere essencialmente ao planejamento, se encaixa nos trabalhos da CTPNRH. Dando prosseguimento, foi colocada em pauta a discussão da estratégia de análise da proposta de Resolução sobre cobrança pelo uso de recursos hídricos, item 4 da pauta. O Dr. Júlio Thadeu falou que, conforme recomendado pela Plenária do CNRH, a discussão da referida proposta de Resolução deverá ser realizada conjuntamente por esta CTIL e a CT de Cobrança – CTCOB; explicou a proposta de cronograma (**Anexo III**) e salientou a pretensão de encaminhar a versão final da proposta de Resolução à Plenária do CNRH, em sua reunião de dezembro deste ano; sugeriu a realização de reuniões da CTIL com mais de um dia de duração, sendo um deles reservado para reunião conjunta com a CTCOB; concluiu solicitando o envio, à Secretaria Executiva, de contribuições relativas à proposta em questão. Desta forma, com a concordância de todos, foi agendada a próxima reunião da CT para os dias 17, 18 e 19 (até 12:00 hs) de julho próximo, com a proposição de realização de reunião conjunta no dia 17. Com relação à Resolução nº 5, ficou decidido que as modificações propostas no trabalho de revisão serão encaminhadas como uma nova Resolução e não modificando a atual Resolução nº 5. Dois assuntos foram salientados para inclusão na proposta de Resolução: estabelecimento de prazo para que os Comitês existentes se adequem à nova

Resolução e inserção de artigo revogando as Resoluções CNRH nº5, nº 18 e nº 24. Neste momento, às 18:15 hs, a reunião foi encerrada.

DATA: 19/06/2002

Início: 9:15 hs

Término: 17:25 hs

Às nove horas e quinze minutos do dia dezanove de junho de 2002, o Dr. Júlio Thadeu iniciou o segundo dia de trabalhos desta 28ª Reunião da CTIL. Solicitou, em função de compromisso agendado anteriormente, que o Dr. Wilson assumisse a condução dos trabalhos. O Dr. Wilson, conforme acertado no dia anterior, deu prosseguimento à discussão da revisão da Resolução nº 5. Durante a discussão da Resolução foi abordada a questão da definição da personalidade jurídica de Comitês e, em função do assunto suscitar opiniões controversas, foi sugerida a ampliação dos debates sobre o mesmo. A Dra. Virgínia propôs que, para a próxima reunião, sejam trazidas, para discussão, propostas de definição da personalidade jurídica de Comitês de bacia. Foi consenso a necessidade de ampliar institucionalmente a discussão sobre o assunto. Também a questão da vinculação administrativa dos Comitês foi motivo de debate e, da mesma forma que para a definição da personalidade jurídica, foi consenso a necessidade de discussões específicas e amplas. O Dr. Júlio Thadeu reassumiu a direção dos trabalhos. As discussões sobre a Resolução nº 5 se estenderam até o horário do almoço, às 12:50 horas. O reinício dos trabalhos ocorreu às 14:45 horas, quando o Dr. Júlio Thadeu pediu uma pausa nas discussões referentes à Resolução nº 5 para colocar em pauta correspondência encaminhada pela Associação Brasileira das Concessionárias de Serviços Públicos de Água e Esgoto – ABCON, e assinada pelo Conselheiro Paulo Renato Paim, do segmento Organizações Não Governamentais (**Anexo IV**). Prosseguiu esclarecendo que na referida correspondência, o segmento indica como representante nesta CTIL, a Dra. Vanessa Tafla, a qual já é representante indicada pelo segmento das Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, nesta mesma CT. Depois de ouvidos os posicionamentos dos presentes, foi sugerido o encaminhamento de correspondência ao Conselheiro solicitando que o mesmo reconsidere sua proposição e comunicando que foi julgado improcedente, pela CT, a dupla representação proposta. O Dr. Jair lembrou que, se uma instituição pleiteia uma vaga, nada justifica que, ao assumi-la, não se faça representar. Em função das discussões, o Dr. Júlio Thadeu sugeriu a adoção, por esta CT, do seguinte procedimento: ao se verificar a ocorrência de duas faltas consecutivas às reuniões, justificadas ou não, que seja encaminhada aos respectivos Conselheiros correspondência comunicando o fato. A proposta foi aceita por todos e passa a ser procedimento desta CT a partir desta 28ª Reunião. Esgotado o assunto, ocorreu retorno às discussões relativas à Resolução nº 5. Ao final dos trabalhos do dia, já em Assuntos gerais, ficou acertado que os Grupos de Trabalho criados durante a reunião do dia 23 de maio passado, para auxiliar os trabalhos de revisão da Resolução nº 5 na proposição de novo formato para a composição da Diretoria Provisória dos Comitês de bacia assim como itens a serem contemplados pelos diagnósticos da bacia hidrográfica irão formar somente um Grupo, para tratar dos dois assuntos; e também, que o referido Grupo se reunirá no próximo dia 1º de julho. O GT ficou composto, conforme acertado na mesma reunião, pelos Drs. Hugo, Demétrios, Wilson e Luiz Cláudio, e pelas Dras. Rosana e Virgínia. Foi apresentado pelo Dr. Jair documento contendo proposta para início das discussões do Grupo de Trabalho (**Anexo V**). Nesse momento, às 17:25 horas, o Dr. Júlio Thadeu agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos.

Ata aprovada na 30ª Reunião, realizada em 18 e 19 de julho de 2002.

JÚLIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores